

RESENHA

NICOLET, Claude. *Rendre à Cesar. Economie et société dans la Rome Antique*. Ed. Gallimard, 1988, 319 p.

Maria Luiza Corassin*

Um título curioso foi escolhido por Claude Nicolet para seu mais recente livro, que reúne quatro capítulos de sua autoria extraídos de diferentes obras coletivas.

“É possível escrever uma história econômica da Antiguidade romana?” Esta é a questão inicial colocada na introdução de caráter historiográfico. Uma revisão dos eruditos que do século XVI ao XVIII tocaram em problemas referentes à economia antiga nos conduz ao século XIX, com o debate entre “primitivistas” e “modernistas” chegando até o século XX, com as grandes sínteses de Tenney Frank, Rostovtzeff e a “Biblioteca di Storia Economica” de Vilfredo Pareto. Nicolet conclui que: “Les Anciens ne sont pas les Modernes; mais ils ne sont pas, non plus, des habitants d’une autre planète” (p. 38). Portanto, fazer o inventário das semelhanças entre a economia dos antigos e dos modernos também pode ser instrutivo, procurando o “continuum”, a “longa duração”, a invariante.

O primeiro capítulo foi publicado como “Economy, Trade, Agriculture” na *Cambridge Ancient History*, v. IX, cap. XVI (Cambridge University Press). Nele são estudadas as transformações ocorridas no período final da República (133-43 a.C.), limitadas espacialmente à Itália e seu centro político, Roma.

Nicolet considera impossível estudar a economia antiga independentemente do tipo de sociedade e das formas políticas dentro das quais se desenvolve. Os homens se apresentam, nesta sociedade, não somente como produtores ou consumidores, detentores de capital ou assalariados, mas ainda como homens livres ou escravos, romanos ou “aliados” (isto é, súditos, pelo menos até 89 a.C.). O status social não resulta apenas da posição dentro do processo econômico, mas

do papel (hereditário ou não) que a própria organização da cidade lhe reservava.

Este status social fortemente demarcado no Direito, com privilégios e proibições, é por consequência menos econômico que cívico, embora certos fatos econômicos (a propriedade, por exemplo) sejam determinantes para sua definição. Por outro lado influi diretamente sobre a economia: disto são exemplos a proibição de que certos grupos (as “ordines superiores”) exerçam determinadas atividades, a abundância ou rarefação de mão-de-obra escrava em função das conquistas. Seria necessário, portanto, delimitar as influências recíprocas entre as duas séries de fatos; mas seria ilusório procurar um modelo de “economia antiga”, pois tais interações não são exclusivas daquele período da História, podendo caracterizar também economias “modernas”

A partir desses pressupostos, o ensaio contém uma síntese dos aspectos ligados à agricultura, indústria, artesanato, comércio, rede viária, problemas de endividamento rural e urbano. Destinado originalmente a integrar um grande manual como a *Cambridge Ancient History*, apresenta um caráter informativo, fornecendo um quadro atualizado de tais questões.

Na segunda contribuição, “La pensée économique des Romains. République et Haut-Empire”, publicado em L. Firpo (Ed.) - *Storia delle idee politiche, economiche e sociali* (Turim: UTET, 1982. t.i. p. 877-960), é feita uma releitura das fontes, procurando penetrar no interior do sistema de pensamento, de valores e de referências sobre economia em Roma. Por pensamento econômico Nicolet designa toda forma de discurso concernente ao que a linguagem comum hoje denomina economia, ou seja, a produção, troca e consumo de bens e serviços. Os romanos conheciam esta palavra sob a forma do plural neutro “oconomica” e a empregavam em sentido restrito: tudo o que dizia

(*) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

respeito à fortuna pessoal, como gerir e aumentar o patrimônio.

Do conjunto de fontes escritas transmitidas pela Antiguidade romana é possível retirar informações de primeira mão sobre a história econômica daquela época. Quais foram as fontes utilizadas pelos autores que mencionam tais dados? Pela natureza de suas instituições, Roma era obrigada a cifrar grande número destes dados econômicos. Tudo baseava-se, pelo menos até o início do Império, sobre o censo dos cidadãos, operação indispensável à vida da cidade. A serviço dos magistrados desenvolve-se uma administração que mantinha atualizados diversos elementos de tipo estatístico. Daí ser espantosa a ausência quase total de uma literatura de tipo econômico. Entre as obras de tipo técnico remanescentes, podem ser levantados alguns livros referentes à metrologia, tratados jurídicos de agrimensura, de arquitetura, mas não se conhece nenhum tratado sobre comércio ou contabilidade nem uma reflexão geral sobre economia. O problema da ausência de fontes documentais relativas ao pensamento econômico não se deve ao acaso de uma transmissão lacunosa, mas aos próprios limites que a mentalidade romana colocava a todo discurso de tal tipo.

É forçoso, portanto, recorrer a informações esporádicas contidas em quatro gêneros de obras: a literatura sobre agricultura, relativamente bem conservada; a literatura de tipo filosófico ou moral; textos de orientação mais política, onde são debatidas questões fiscais ou orçamentárias; textos jurídicos e normativos. Nelas encontram-se dados dispersos e circunstanciais referentes à natureza da economia antiga e suas relações com aspectos da vida cívica, política ou social.

Dentro destas premissas, são analisadas a agricultura, a moeda, as leis suntuárias e frumentárias, a crematística e a política fiscal de Roma.

De F. Millar & E. Segal (Ed.) *Caesar Augustus, Seven Aspects*. Oxford: University Press, 1984. p. 89-128, provém o capítulo seguinte: "Augustus. Government and the propertied classes" Inúmeras questões são propostas: qual a composição destas classes de proprietários no período? quem possui o quê? quais grupos formavam? quais suas relações com o governo? qual a participação direta dos indivíduos, ligada ou

não à riqueza, nas decisões e na administração? qual a política do novo governo em relação à riqueza?

Nicolet, que é autor de brilhante e definitivo estudo sobre a ordem equestre na República romana (baseado em exaustiva análise das carreiras de personagens equestres conhecidos), adverte que somente estudos muito minuciosos, fundamentados na prosopografia, poderiam mostrar-se durante os quarenta anos do reinado de Augusto houve transformações profundas na composição dos diversos níveis de proprietários, bem como na natureza de seus patrimônios e dos meios de aquisição destes. Dois fatos tornam difícil tal análise: as lacunas de documentação e a evidência de que os indivíduos não poderiam ser enquadrados em categorias puramente econômicas. Frequentemente conhecemos as personagens somente pelas funções que exerceram, pela sua qualidade (libertos, cavaleiros, senadores), pelas liberalidades recebidas ou oferecidas por elas. Não é viável uma análise sócio-profissional nem para a época de Augusto nem para a República.

A parte fundamental deste estudo traça um quadro das ordens senatorial e equestre na época augustana, mostrando o aprofundamento da diferenciação entre os dois grupos, através da adoção de medidas como a exigência de um censo mínimo para os senadores. As diferentes áreas de atividades reservadas à carreira equestre também são analisadas.

O A. nega a existência, por parte do poder, de uma política em favor dos senhores de escravos ou da propriedade rural, pois não encontrou medidas neste sentido na legislação da época.

O último capítulo da obra consiste, tal como o primeiro, de uma contribuição destinada a um manual, publicado como "Il modelo imperiale romano" em A. Momigliano & A. Schiavone (Ed.) *Storia di Roma* (Turim, Einaudi. v. 2). O seu objetivo é analisar o modelo de funcionamento da grande máquina que chamamos Alto Império, o qual implicava ao mesmo tempo no levantamento dos recursos em homens e bens, no estabelecimento de uma regra e portanto no consenso daqueles que eram subordinados, ou seja, num fiscalismo e num Direito. Daí o "dar a César" do título do livro.

O conhecimento do espaço, a exploração dos limites, a elaboração de mapas, iti-

nerários e cadastros significavam para Roma o controle e a exploração das populações e recursos colocados sob seu domínio. Examinando as relações entre centro e periferia, Nicolet conclui que a paz romana manteve-se nos dois primeiros séculos, com uma admirável economia de meios e a pressão fiscal nunca excedeu os limites do suportável.

Um exército espalhado por cerca de 10.000 km de fronteiras, organizado e comandado de maneira unitária; uma rede de funcionários civis integrados em organogramas e quadros de promoções determinados e geridos por Roma; contas, relatórios, declarações e registros estabelecidos em todas as partes do Império segundo instruções do poder central todos estes elementos repre-

sentavam a unidade e a universalidade do Império. Paralelamente, o particularismo e o pluralismo das cidades e etnias sobrevivia à instauração do poder único. O respeito às tradições e o reconhecimento de direitos faziam da dominação romana uma espécie de grande aglomerado, no qual muitas pequenas comunidades podiam manter a ilusão de serem soberanas. Mas acima das diversidades, havia a *maiestas populi romani*.

Pela riqueza do conteúdo deste livro, do qual podemos somente dar uma pequena idéia, "Rendre à César" se constitui num ensaio de leitura estimulante, no qual são colocadas pelo autor questões fecundas que conduzem a uma interessante releitura das fontes textuais.

Recebido para publicação em 29 de novembro de 1991.